

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

**CRISE DE REALIZAÇÃO DO VALOR:
UMA CONTRIBUIÇÃO DE ROBERT
KURZ AO ENTENDIMENTO DAS
CRISES CONTEMPORÂNEAS.**

**Trabalho de Iniciação Científica de
RAFAEL L. DE HEREDIA**

ORIENTADORA: ISLEIDE FONTENELLE

CNPq/ FGV-SP

São Paulo
NOVEMBRO
2010

DE HEREDIA, Rafael Lopez. *CRISE DE REALIZAÇÃO DO VALOR: UMA CONTRIBUIÇÃO DE ROBERT KURZ AO ENTENDIMENTO DAS CRISES CONTEMPORÂNEAS*. São Paulo: FGV-EAESP, Janeiro de 2010. 43 p. (Trabalho de Iniciação Científica em andamento CNPq/ FGV-SP. Área de Concentração: Sociologia e Economia Política.)

Resumo: este trabalho tem como objetivo investigar a teoria de Robert Kurz a respeito do que o autor alega ser essência das crises financeiras e sociais da contemporaneidade: o limite atingido na exploração do valor-trabalho, que causaria crises qualitativamente novas nas economias, especialmente as desenvolvidas, assim como problemas também e complexos em áreas como o emprego, o Estado, o mercado financeiro e a vida em comunidade.

Palavras-chave: Criação de valor – Crise – Crítica – Valor-trabalho

A Espera dos Bárbaros

O que esperamos na ágora reunidos?

É que os bárbaros chegam hoje.

*Por que tanta apatia no senado?
Os senadores não legislam mais?*

*É que os bárbaros chegam hoje.
Que leis hão de fazer os senadores?
Os bárbaros que chegam as farão.*

*Por que o imperador se ergueu tão cedo
e de coroa solene se assentou
em seu trono, à porta magna da cidade?*

*É que os bárbaros chegam hoje.
O nosso imperador conta saudar
o chefe deles. Tem pronto para dar-lhe
um pergaminho no qual estão escritos
muitos nomes e títulos.*

*Por que hoje os dois cônsules e os pretores
usam togas de púrpura, bordadas,
e pulseiras com grandes ametistas
e anéis com tais brilhantes e esmeraldas?
Por que hoje empunham bastões tão preciosos
de ouro e prata finamente cravejados?*

*É que os bárbaros chegam hoje,
tais coisas os deslumbram.*

*Por que não vêm os dignos oradores
derramar o seu verbo como sempre?*

*É que os bárbaros chegam hoje
e aborrecem arengas, eloquências.*

*Por que subitamente esta inquietude?
(Que seriedade nas fisionomias!)
Por que tão rápido as ruas se esvaziam
e todos voltam para casa preocupados?*

*Porque é já noite, os bárbaros não vêm
e gente recém-chegada das fronteiras
diz que não há mais bárbaros.*

*Sem bárbaros o que será de nós?
Ah! eles eram uma solução.*

Konstantinos Kaváfis

traduzido por José Paulo Paes

*Em homenagem a John Zorn e outros que, como ele,
dedicaram-se às fronteiras e ousaram da um passo além.*

SUMÁRIO

PREFÁCIO - APRESENTAÇÃO	ii
INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – As Teorias Clássicas sobre o Valor-Trabalho: Smith & Ricardo.....	6
Capítulo II - Panorama da Obra de R. Kurz	12
2.1. LÓGICA E <i>ETHOS</i> DA SOCIEDADE DE TRABALHO	15
2.2. O TRABALHO ABSTRATO COMO MÁQUINA COM FIM EM SI MESMO	16
2.3. ESTATISMO E MONETARISMO NO PROCESSO HISTÓRICO DA MODERNIDADE	19
2.4. CONCORRÊNCIA E EMANCIPAÇÃO	22
Capítulo III – Circunscrição do Objeto: A crise do valor-trabalho	27
3.1. A crise essencial: a do valor-trabalho	27
3.2. A importância da estrutura financeira nas crises contemporâneas	32
Capítulo IV – Críticas a Kurz	34
4.1. Bresser-Pereira	34
4.2. Francisco de Oliveira	37
4.3. José Arthur Gianotti	40
Conclusões	42
REFERÊNCIAS.....	47

PREFÁCIO - APRESENTAÇÃO

Neste documento pretende-se apresentar o essencial do desenvolvimento deste trabalho de Iniciação Científica realizado entre Agosto de 2009 e Agosto de 2010, na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na *Introdução*, indica-se o contexto em que surge a obra de Robert Kurz e a provável importância de investigar o objeto de nosso estudo, a proposta e a análise deste autor da crise de realização do valor, dadas as consequências sociais, financeiras e econômicas que esta interpretação implicaria.

No *Capítulo I*, consta o resumo que foi feito das teorias clássicas sobre o valor (Smith e Ricardo), e no *Capítulo II*, o panorama da obra de Kurz que se julgou mais paradigmática para tratar o referencial teórico e histórico considerado por este autor ao analisar o mundo contemporâneo - isto é, pós-queda do Muro de Berlim. No livro “O Colapso da Modernização”, Kurz (1993) enumera o que acredita serem os traços essenciais deste *One World* e por isto procedeu-se a sua sumarização.

No *Capítulo III*, indica-se o início do aprofundamento e da circunscrição de nosso objeto específico dentro da obra de Kurz, a crise do valor-trabalho, de onde emanaria a problemática das crises (financeiras e sociais) para as economias e Estados hodiernos.

No *Capítulo IV*, considera-se quais são as principais críticas recebidas por este autor no Brasil, realizando uma breve sumarização dos artigos de autores brasileiros e, pontualmente, nossas interpretações sobre estas críticas.

A partir do desenvolvimento do trabalho contido nos itens anteriores, foi elaborada uma breve *Conclusão*, em que se indica o que de essencial foi apurado

por este trabalho, bem como de outros possíveis caminhos de investigação que ele abre e inicia.

Em *Referências* constam todas as obras utilizadas como fontes para a elaboração deste trabalho.

INTRODUÇÃO

Nos últimos dois anos o mundo assistiu a uma virada sem precedentes. A Crise Financeira de 2007-2009, que agora já se reconhece amplamente como a maior turbulência iniciada desde o ano de 1929 (FMI, 2008b), trouxe grandes alterações não apenas econômicas, mas também ideológicas.

Enquanto alguns observavam com animação o crescimento e a aceleração de economias desenvolvidas e emergentes, poucas eram as vozes de dissenso (como nos casos de Robert Kurz, do Congressista republicano Ron Paul e, mais celebrenemente, de Nouriel Roubini (ROUBINI, 2006)). A partir de 2008, no entanto, as percepções e os discursos começaram a se alterar para uma direção bastante clara: no início, havia a expectativa de que o mundo em desenvolvimento pudesse se “descolar” (FMI, 2008a) da forte desaceleração em curso nos países desenvolvidos, e já em um segundo momento emergiu o clamor pela intervenção estatal, defendida como imperativa por parte dos economistas, que ansiavam, em geral, pela aplicação mais ativa do “paradigma keynesiano”.

O assim chamado “neoliberalismo” assistiu a sua suposta popularidade (percebida como em ascensão desde os anos 80 (BRESSER-PEREIRA, 2009)) desvanecer em ritmo mais rápido que a própria queda caótica dos mercados por todo o mundo. A partir de então, a julgar pelo noticiário econômico, a maioria dos comentaristas já conhecia as motivações da Crise (consideradas em geral como: 1. a desregulação dos mercados financeiros, 2. o processo de desalavancagem, 3. a ganância, 4. a incompetência dos reguladores e de boa parte do setor bancário) (HILSENATH, 2008) e, pretensamente, já há muito estes alertavam para uma necessária mudança de comportamento dos agentes financeiros.

É neste contexto de polêmica e debate que o presente trabalho de Iniciação Científica procura compreender, a partir do desenvolvimento da Crise Financeira de 2007-2009 nas economias avançadas (em especial EUA, Europa e Japão) e suas conexões com as economias em desenvolvimento, a obra do pensador alemão Robert Kurz e com o foco de análise na categoria de crise de realização do valor.

A fim de evidenciar a importância deste conceito da obra de Kurz e de suas implicações para este trabalho, faz-se necessária desde já uma breve contextualização: há já algumas décadas sociólogos e economistas de vários matizes indicam a chegada de uma forma supostamente nova de funcionamento do sistema econômico, a alegada “financeirização” do capitalismo, que estaria mais avançada nos ditos “centros” e em processo de emanação para os países “periféricos”. Às vezes entendido como “regime de acumulação dominado pelas finanças” (TABB, 2007), “regime de crescimento dirigido pelas finanças” (STOCKHAMMER, 2009), ou simplesmente financeirização (BRESSER-PEREIRA, 2009) das economias, o relevante é percebermos a ampliação das funções e do tamanho do setor financeiro nessas economias. É neste tema que se insere a reflexão kurziana que será central a este trabalho.

Contudo, o que freqüentemente não se explica satisfatoriamente na teoria política e econômica são as razões e os mecanismos pelos quais esse processo de financeirização ocorreu e se intensifica. As alegações permanecem - muitas vezes de maneira tautológica - em uma região nebulosa que mistura causas e efeitos, mas que mesmo assim pretende explicar os motivos da crise: desregulação, alavancagem, incompetência, ganância. Essas são as palavras da atual cartilha.

Não deixa de ser curioso que as mesmas suspeitas e medidas de alívio tenham sido levantadas em diversas ocasiões de crise desde os anos 80, período a partir do qual a participação do setor financeiro na economia dos EUA mais que dobrou (PHILIPON, 2008), e que, não obstante essas medidas e precauções, o

paroxismo da crise só tenha sido atingido nos últimos dois anos (2007 a 2009). As evidências, portanto, sugerem que uma problemática subjacente e não solucionada se intensifica.

Estas questões pungentes, por sua vez, encontram o raciocínio e a crítica singular de Robert Kurz. A importância crescente do setor financeiro não é tomada como ponto de partida e motivo primeiro das crises, antes pelo contrário. Neste registro, é ao longo da Terceira Revolução Industrial (entendida aqui essencialmente como a incorporação da robótica, da microeletrônica e da engenharia genética aos processos produtivos) que um movimento contraditório do capital alcança nível qualitativamente novo e por isto apela às finanças para manter uma frágil aparência de normalidade.

Apenas neste momento do desenvolvimento capitalista a acumulação alcançaria um limite interno. A composição orgânica do capital aumenta incessantemente no sentido da ampliação da parcela chamada constante no capital (maquinário, tecnologia, prédios, e enfim, meios de produção) em detrimento da parte variável (aquela despendida na aquisição de mão-de-obra, trabalho abstrato), o que lança incessantemente mais mão-de-obra para fora do processo produtivo (MARX, 1988) e diminui as taxas de lucro. Esta tendência inicialmente positiva e que em geral não pôs em perigo a acumulação capitalista deixa de figurar como simples “aumento da produtividade” e encontra o seu limite interno quando o capital não encontra mais nos processos produtivos aplicação rentável, isto é, que o expanda em nível acima das taxas de juros vigentes. Esta é, sumariamente, a alegada crise do valor-trabalho. Segundo o autor, pela primeira vez na história do capitalismo, os potenciais de “racionalização do processo produtivo” ultrapassam as possibilidades de expansão dos mercados (KURZ, 2007). Por força da concorrência, a aplicação da tecnologia mais recente e dos ganhos de escala são um imperativo e as empresas que desejem continuar no processo de produção devem adotá-las.

Naturalmente, um primeiro fenômeno que se observa nas economias que chegaram a este estágio é a diminuição da taxa de juros até o rés-do-chão. É o que se pode encontrar no Japão dos anos 90 (WOO, D.; KANAYA, A.; 2009) e talvez agora nos Estados Unidos e Zona do Euro. Inicialmente motivadas por uma aguda crise financeira, as autoridades monetárias procuram estimular a economia e baixam a taxa de juros a quase zero, mas, por absoluta necessidade, a medida temporária mostra-se duradoura; no caso do Japão, há mais de dez anos a taxa básica do Banco Central está abaixo dos 0.5%. Apesar destas tentativas, o potencial de valorização da economia não aparece e o mercado acionário japonês hoje não chega nem à metade do seu valor de 1989, sem nem considerarmos a inflação do período.

É instrutivo que no uma das maiores empresas do mundo, a montadora americana GM, há pouco pedia concordata e esteve ameaçada de seguir o destino que diversos bancos teriam tido - a falência - não fosse o socorro providencial do Estado com vultoso montante de recursos (ou base monetária) criado a toque de caixa. No caso da GM, estima-se em no mínimo US\$ 50 bilhões o aporte do governo americano (SANDLER, 2009). Uma companhia que já foi simbólica do capitalismo reluzente da Segunda Revolução Industrial, antes intensa em aplicação de mão-de-obra e com linhas de montagem funcionando a todo vapor, vê-se agora na iminência de ser extinta completamente. E por quê?

O processo de migração para a superestrutura do crédito surge então, segundo Robert Kurz, em razão do esgotamento do processo de criação e acumulação de valor no âmbito "real" (em grande medida pelas dificuldades de explorar a parcela mínima e decrescente de trabalho abstrato que compõe o capital orgânico), lança mão do adiantamento de rendas supostamente realizáveis no futuro, mas essencialmente irrealistas (como no caso do crédito *subprime* e tantos outros), a fim de manter girando a roda da produção e do consumo. A fuga para a financeirização é, portanto, medida teleológica da qual se vale o sistema de produção de mercadorias para driblar temporariamente as dificuldades

encontradas no âmbito da valorização do capital a partir da exploração rentável do trabalho abstrato, isto é, do dispêndio socialmente útil de nervo, músculo e cérebro – enfim, do trabalho humano.

É com o fito, portanto, de uma exploração das análises alternativas das causas e circunstâncias da Crise Financeira que, do vasto espectro da obra de Robert Kurz, o foco deste trabalho encontra-se em uma categoria que foi julgada pertinente à análise das crises capitalistas das últimas duas décadas, a saber: a crise de realização do valor na Terceira Revolução Industrial e o decorrente processo de financeirização das economias.

Pelo lado das limitações, sabe-se que Kurz analisa as economias e sociedades contemporâneas utilizando amplo referencial teórico que não se pretende tratar exhaustivamente, ainda que a este trabalho são também importantes as teorias sobre a crítica do valor, do trabalho abstrato e do colapso da União Soviética. Serão mapeados sumariamente esses conceitos a fim de circunscrever a sua conexão com o foco da nossa análise e estabelecer as ligações com a problemática sociológica por trás deste estágio das economias.

Capítulo I – As Teorias Clássicas sobre o Valor-Trabalho: Smith & Ricardo

A discussão sobre a natureza do processo produtivo e sobre quais fatores aumentam ou reduzem o valor do produto do trabalho remontam a um tempo em que a economia e a administração nem existiam propriamente como ciências. Adam Smith é geralmente tido como o primeiro economista, aquele que “fundou” esta disciplina das Ciências Sociais, apesar de, à época, ser tido como um “filósofo moral”.

É justamente seu livro de março de 1776, *Inquérito sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações*, ou simplesmente *Riqueza das Nações*, que em grande medida pauta o profícuo e amplo debate econômico e político dos séculos seguintes a respeito do “valor”.

Nesta que era a sua *magnum opus* (demorou mais de dez anos para ser confeccionada, conforme se lê no seu prefácio), Smith lança a idéia hodiernamente muito famosa de que os livres-mercados dispõem de uma “mão invisível”, que melhor arranja os recursos produtivos e defende o interesse público a partir dos “vícios” privados. O que é mais importante para este trabalho, no entanto, é que reúne e cria reflexões metódicas sobre o trabalho produtivo e sua natureza.

Começa este livro com a idéia de que é a divisão do trabalho a grande responsável pelo aumento da produtividade (SMITH, 1999, p. 77) e mostra ao leitor a situação exemplar e famosa da fábrica de alfinetes, em que sem especialização e divisão do trabalho, um operário seria incapaz de produzir em um dia vinte alfinetes, enquanto naquele tempo uma oficina de dez homens devidamente treinados e escalonados já era capaz de produzir por operário ao menos quatro mil alfinetes em um dia (SMITH, 1999, p. 80).

Smith atribui este ganho de produtividade causado pela divisão do trabalho a basicamente três processos a ela associados: o aumento da destreza de cada trabalhador, a possibilidade de se poupar o tempo que antes era perdido ao se passar de uma atividade a outra e, finalmente, a invenção de um grande número de máquinas que facilitam e automatizam a execução de cada uma destas tarefas divididas (SMITH, 1999, p. 83).

Mais adiante serão revistas as reflexões a respeito da natureza do valor, na medida em que a divisão do trabalho cria necessariamente a necessidade da troca, já que cada um só será capaz de suprir as suas necessidades com o produto do próprio trabalho de maneira muito limitada. A troca, por sua vez, cria o imperativo da aferição do valor relativo de cada produto, isto é, do conteúdo relativo deste produto específico com relação à massa dos outros produtos, pois não serão trocados diretamente (sem intermediação de um equivalente universal) e, ao mesmo tempo, não se pode atribuir valor de maneira fixa ou arbitrária.

Aqui, uma primeira observação crítica a Smith: o autor imagina que a existência das moedas, que permitem a troca indireta entre mercadorias, seja sinal da sofisticação das sociedades e dos meios de troca. Isto é apenas relativamente verdadeiro, como sugere Kurz no capítulo seguinte do presente trabalho.

O dinheiro, a despeito de ser em geral interpretado na história econômica como um sinal de maturidade dos regimes de troca (e o é, mas somente quando comparados a sociedades primitivas cuja reprodução se realiza quase sem qualquer divisão do trabalho), é expressão na realidade uma divisão de trabalho ainda relativamente pouco desenvolvida. Quando se remete às origens das categorias de mercado e dinheiro, vê-se que surgiram justamente onde os entrepostos comerciais e equivalentes universais eram necessários em virtude do isolamento das produções imediatas que eram trocadas (como na rota até as Índias, por exemplo).

As produções reais em que essas categorias inicialmente aparecem, apesar de já contarem com algum nível de socialização e interdependência produtiva, são sem dúvida ainda elementares e desligadas em termos logísticos e políticos, como a interdependência nos regimes escravocratas ou feudais (KURZ, 1993, p. 70). A idéia de que haja uma identidade direta entre a divisão social do trabalho, o dinheiro e a forma-mercadoria é, pois, uma interpretação de curto alcance histórico e teórico.

A despeito desta interpretação relativamente apressada de Smith, ainda no seu Capítulo IV, o autor sistematiza as importantíssimas definições a respeito do valor de uso e do valor de troca das mercadorias, que marcariam o debate econômico profundamente.

No primeiro tipo de valor que possui uma mercadoria, o de uso, Smith diz que se refere à sua utilidade. O valor de troca, por sua vez, exprime o poder de compra com relação a outros objetos que a posse desta mercadoria representa.

Disso conclui-se que um objeto pode ser utilíssimo como a água e, com relação a seu valor de troca, ser quase insignificante. Diz o autor a este respeito:

As coisas que têm maior valor de uso têm, em geral, pouco ou nenhum valor de troca; e, pelo contrário, as que têm maior valor de troca têm, geralmente, pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil do que a água; mas com ela praticamente nada pode comprar-se; (...). Pelo contrário, um diamante não tem praticamente qualquer valor de uso; no entanto, pode normalmente obter-se grande quantidade de bens em troca dele (SMITH, 1999, p. 117).

Por equívocado que esteja na primeira parte da afirmação, em que afirma geralmente terem maior valor de uso aqueles bens com menor valor de troca – pois isto é verdadeiro para a água ou para o ar (bens que estão quase imediatamente disponíveis, mas que no valor podem ter grande valor justamente em razão da dificuldade de obtê-los de maneira adequada), mas certamente não e

é para o pão, o feijão e o vestuário, que são extremamente úteis -, na segunda parte Smith tem toda a razão em deixar claro, ao exemplificar, que estes dois tipos de valores não estão em absoluto diretamente conectados.

Assim, a despeito das retificações que se fazem neste trabalho às opiniões de Smith, bem como do acréscimo teórico que farão David Ricardo e Marx à teoria do valor de Smith, já se pode daqui tirar um primeiro aspecto de grande relevância para este trabalho: trata-se de claramente distinguir entre as naturezas diferentes e na essência dissociadas entre o valor de uso e o valor de troca.

David Ricardo concorda no essencial com Adam Smith a respeito do valor, mas faz uma primeira distinção importante: é imprescindível que as mercadorias, para que tenham valor de troca, possuam também para alguém valor de uso. Sem isto, não basta que se aplique trabalho (o critério elementar que Smith já identifica em *A Riqueza das Nações*) ou que uma mercadoria seja escassa – ela deve também possuir algum uso. Por esta razão tem-se como um fato empiricamente comprovável que os bens da fantasia e do desejo (ocasionalmente, puramente imaginários ou estéticos, “distantes” de qualquer materialidade objetiva), podem ter para si tanto valor de uso quanto valor de troca. Ademais, também é notável que só Ricardo percebe que é a quantidade média relativa de trabalho humano que determina o valor de uma mercadoria com relação às outras, e não o salário que foi pago na sua produção (RICARDO, 1985, p. 43).

Ademais, Ricardo também introduz melhorias à teoria de Smith que hoje, de tão amplamente reconhecidas, considera-se que sejam quase óbvias: trabalhos de diferentes qualidades são remunerados diferentemente (idem, p. 48) e que não apenas o trabalho diretamente aplicado à mercadoria compõe o seu valor, mas também o que foi gasto com capital fixo, isto é, máquinas, edifícios, etc. (ibidem, p.49).

Assim, quando se refere à noção genérica de “valor” nesta dissertação, fala-se essencialmente do valor de troca; pois a despeito de o trabalho só criar valor de troca na medida em que também garante à mercadoria algum traço de utilidade (racional ou irracional), quando se coteja a crise do valor-trabalho, naturalmente se faz referência à capacidade de realização no mercado do valor destas mercadorias (e, como tais, do trabalho solidificado nestes produtos) na esfera da troca e da circulação, que, nos mercados capitalistas, acontece por meio da mercadoria que encarna o equivalente universal, isto é, o dinheiro.

E esse é um paradoxo importante que evidencia inclusive a separação dos dois tipos de valor que se pretende que sejam delimitados neste capítulo: por mais que as mercadorias ainda continuem a ter um valor sensível, uma utilidade humana, as crises do valor-trabalho evidenciam que não basta aos produtos esta característica da utilidade: os produtos do mercado devem encontrar na circulação uma contrapartida monetária que garanta significado geral, em dinheiro, para o que aconteceu no âmbito da produção. É o seu “teste de legitimidade” enquanto mercadorias. Sem esta etapa essencial, a produção é apenas um amontoado de coisas que jamais encontrará qualquer sentido de utilidade social (e principalmente econômica).

Estas circunstâncias revelam, portanto, que os produtos na condição de mercadoria cumprem uma dupla função: por um lado, podem satisfazer necessidades humanas (e nisto reside o seu valor de uso), mas por outro, são o veículo de realização do valor-trabalho que neles foi incorporado pela produção, seja na forma de capital ou de trabalho novo aplicado. Este último processo, no entanto, é extremamente dependente das condições de mercado: tanto no seu desenvolvimento histórico (quando novas formas de produção determinam novos imperativos para o processo produtivo, como no fordismo, toyotismo, Terceira Revolução Industrial, etc.) quanto mais imediato (o estado macroeconômico ou “conjuntural” daquele momento, como o nível dos agregados monetários, da taxa de juros, do desemprego, etc.).

São estes sentidos históricos e mercadológicos imediatos que devem ser esclarecidos a frente na obra de Kurz, a fim de delimitar o que pode ser uma interpretação alternativa das crises contemporâneas a partir da crise de realização do valor-trabalho nas economias desenvolvidas no final do Século XX e começo do Século XXI.

Capítulo II - Panorama da Obra de R. Kurz

Escolheu-se resenhar a obra de Robert Kurz a partir da ordem cronológica de sua publicação no Brasil. Assim, começa-se com a presente obra, que aqui foi traduzida por “*O Colapso da Modernização*” e publicada pela Editora Paz e Terra (1993).

Neste livro é possível acompanhar o pensamento de Kurz sobre um aspecto central de sua obra: de que maneira sistemas aparentemente opostos (“socialismo soviético” - que ele muitas vezes chama apenas de socialismo real, e “capitalismo ocidental” ou simplesmente “capitalismo”) são apenas exteriormente opostos, e essencialmente têm como base a mesma dinâmica, qual seja a do **trabalho abstrato como fim em si mesmo**, e, portanto, são o **mesmo “sistema produtor de mercadorias”** (grifo nosso).

Ao longo dos artigos deste livro (notadamente em: *Lógica e ethos da sociedade de trabalho, Concorrência e Emancipação, Crise e Colapso da Economia de Comando*) Kurz argumenta e dá evidências de que havia uma identidade inelutável entre estes sistemas alegadamente opostos.

Que o capitalismo seja um sistema produtor de mercadorias, ninguém o contesta, já que as próprias Bolsas Mundiais de *Commodities* (tradução literal do inglês: *commodity* = mercadoria) revelam esta natureza até em seu nome (ver, por exemplo, o caso da *Tokyo Commodity Exchange* ou da *Dubai Commodity and Gold Exchange*). A grande novidade está em Kurz afirmar peremptoriamente que a União Soviética também tinha esta natureza.

Antes de entrarmos nos detalhes da razão pela qual Kurz afirma, contrariamente ao consenso político entre esquerda e direita, de que o sistema Soviético não tinha na sua natureza a Crítica à Economia Política elaborada por

Marx, detenhamo-nos no que entendimento exato que aqui se dá da “forma-mercadoria”.

Ela não é manifestação trivial, simplesmente “bem de consumo” destinado à satisfação de necessidades humanas. A mercadoria é sim objeto exterior, que muitas vezes satisfaz necessidades humanas de várias naturezas, mas esta sua utilidade serve prioritariamente para transmitir e para realizar valor de troca, ou o valor de trabalho abstrato ali contido e socialmente comparável (MARX, 1988). A mercadoria, portanto, é um tipo de bem determinado historicamente, que existe no seio do modo de produção capitalista e é diferente de bens criados em outros momentos da história sócio-econômica, porque visa prioritariamente à realização da mais-valia no âmbito da circulação das mercadorias e do equivalente universal (o dinheiro, a moeda), e não das necessidades imediatas (de “primeira natureza”) e sensíveis (como era o caso na Idade Média ou Antiguidade).

Um exemplo básico demonstra que, sob a ótica do mercado e da sua respectiva noção de mercadoria, são bens igualmente úteis e “racionais” tanto o pão, este objeto utilíssimo e de primeira necessidade, quanto instrumentos bélicos ou quaisquer outros que contenham o que hoje se chama de “externalidades negativas” – isto é, um potencial destrutivo e/ou anti-social (e, enfim, “irracionais”) que não está expresso diretamente na transação entre seus compradores e vendedores.

Neste particular, a União Soviética em nada se diferenciava, no que tange à produção de mercadorias e ao dispêndio de trabalho abstrato como força motriz da socialização, do regime capitalista. No entanto, havia duas diferenças circunstanciais: primeiramente, ali o Estado fazia as vezes de capitalista-mor, ou, posto de outra forma, a produção de valor excedente era apropriada e gerida por um regime estatal centralizado e totalitário, mas em que o excedente de valor apropriado arbitrariamente absolutamente não deixou de existir. Em segundo lugar, a Rússia impulsionou-se para a modernização a partir de um nível de

desenvolvimento econômico e social extremamente atrasado, retrógrado, semi-feudal, de maneira que o Estado aproveitou-se da autocracia para guiar a modernização de maneira muito mais rápida, violenta e com pretensões ideológicas totalitárias muito mais profundas do que as da longa e paulatina modernização ocidental por meio da livre-empresa (KURZ, 1993, p.28).

Nisto não se veja, nem em Kurz nem em neste trabalho, uma atenuação ou contemporização com os barbarismos e censuras perpetradas pela União Soviética dentro da Rússia, nos países formadores do bloco pós-Segunda Guerra Mundial ou mesmo em outros regimes ditos socialistas/comunistas do Século XX (notadamente Coréia do Norte e Cuba). Neste livro, Kurz repudia com veemência todos os desmandos perpetrados supostamente em nome do comunismo, e, em nível mais geral, repudia a socialização negativa e inconsciente do trabalho abstrato, presente também de maneira autoritária nas sociedades ocidentais.

Neste particular, “*O Colapso da Modernização*” pode ser entendido como o livro que pretende iniciar o acerto de contas deste autor com o “socialismo real” e outras correntes da esquerda no século XX: o marxismo operário, a social-democracia, o trotskismo, leninismo, etc. Acusa-os de mistificar a classe trabalhadora e o trabalho abstrato como o sujeito universal, quando na verdade esta é apenas a forma contingente, ainda negativa, em que a socialização aparece na sociedade soviética e mesmo capitalista (ver, a este respeito, o *Cap. 3 – A Economia de Guerra Alemã e o Socialismo Real*, pp. 43 – 62).

Também não teme ser chamado de revisionista ao inferir o dilema insolúvel na obra do próprio Marx, que está, por um lado, na vanguarda do movimento de autoconscientização do proletariado, em que já vislumbra a sua emancipação total no sentido da autossupressão enquanto classe, mas que também, por outro lado, tem na sua obra em diversos momentos as referências da “posição dos trabalhadores”, “posição de classe”, superação jacobina das contradições – o que ainda fazia parte da lógica de emancipação **capitalista dos**

trabalhadores contra os resquícios feudais e patriarcais, que caminhava para a sua existência atual como mônadas-dinheiro ou mônadas-cidadão-democráticas (KURZ, p. 66).

Assim, a partir desta análise inicial pretendia-se permitir ao nosso leitor começar a vislumbrar porque, para Robert Kurz, socialismo real e capitalismo não eram essencialmente diferentes: ambos visavam a produção de um excedente que, transformado em mercadorias de várias naturezas, tinha como finalidade a transformação de capital em mais capital.

A economia soviética não pretendia esconder que elevava o trabalhador à condição de “herói abstrato” e que, na forma, por exemplo, dos Planos Quinquenais, o Estado pretendia realizar uma maciça acumulação primitiva de capital e definir, na condição de capitalista-autocrático, quais eram as prioridades de produção e as medidas de produtividade a serem alcançadas.

Com isto posto, já se indica brevemente qual é a “espinha dorsal” que une os textos de *“O Colapso da Modernização”*, e então parte-se abaixo para a análise específica e mais detida dos artigos ali contidos que são mais importantes e explícitos com relação ao tema central desta pesquisa, a crise do valor-trabalho na Terceira Revolução Industrial.

2.1. LÓGICA E *ETHOS* DA SOCIEDADE DE TRABALHO

Neste capítulo o autor comenta a idéia de “conflito de sistemas”, entendida como a oposição entre capitalismo e socialismo, em que o primeiro teria saído vencedor após 1989, segundo o consenso vigente entre esquerda e direita política.

Esta impressão ficou célebre quando Fukuyama, que em 1989 propôs na revista *National Interest* termos chegado ao Fim da História (FUKUYAMA, 1992), isto é, termos alcançado na realidade histórica a idéia hegeliana de um sistema econômico-social puramente racional e supremamente aprimorado.

Conforme explicitado acima, Kurz argumenta que o socialismo real, no entanto, era apenas exteriormente diferente do regime do Oeste, e quando o socialismo soviético entrou em crise, isto evidenciou uma crise mais geral, **a da sociedade de trabalho**, e não apenas do modelo soviético. Se o colapso declarado e planejado do socialismo real evidenciou isto de maneira incontestável para aquele regime, do lado capitalista avançava no mundo subdesenvolvido e mesmo no desenvolvido o contingente de “sujeitos monetários desprovidos de dinheiro”, isto é, sujeitos plenamente inseridos na mediação das economias capitalistas, mas sem dinheiro ou perspectiva de tê-lo, ou sequer de se verem plenamente incluídos na concepção social-democrata ou nacional-desenvolvimentista de “cidadania”.

No contexto destes países ainda não desenvolvidos e ora expelidos da circulação global de capital, o que se encontra é, muito distantes da cidadania, o fundamentalismo, o nacionalismo e os cartéis de tráfico e máfia.

2.2. O TRABALHO ABSTRATO COMO MÁQUINA COM FIM EM SI MESMO

Kurz reconhece que falar de uma crise da sociedade de trabalho deve parecer de fato muito estranho, já que em todo o espectro político, desde a direita mais ferrenhamente capitalista até o marxismo do movimento operário (com uma veemência ainda maior), todos declaram o “trabalho” como a essência supra-histórica do homem como tal. A este respeito, diz:

A controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classes, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução. (...) Pois o trabalho como tal, considerado dessa forma seca e abstrata, não é nada supra-histórico. Em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas (KURZ, 1993, p.21).

Mas é justamente por essa forma absolutamente específica, que só surge na Modernidade e que é, por exemplo, absolutamente alheia à noção de trabalho presente na Antiguidade, que esta modalidade de dispêndio de trabalho abstrato tem como finalidade em si mesma o fito de valorizar um valor inicial. Não se questiona, por exemplo, a natureza ou a razão pela qual uma nação deseja realizar determinado trabalho; todo o espectro político se contenta em simplesmente desejar “empregos”, inclusive o movimento operário e as esquerdas.

E neste ponto, Kurz não cansa de lembrar quão insuficiente no entendimento intelectual e no projeto político tem sido os partidos e movimentos de esquerda, pois é desta limitação básica de também postular o trabalho abstrato como a essência supra-histórica da humanidade que ele acredita terem sido derivados os vários erros do passado e a limitação de alcance quanto ao futuro. Um movimento de emancipação que não reflita e transforme a própria natureza do trabalho tal qual é conhecido está fadado a não superar os limites da lógica do capital.

Foi justamente esta natureza de finalidade em si mesma, inerente, que caracterizou a identidade entre o sistema capitalista ocidental e o socialismo soviético. Ambos ambicionavam, cegamente, uma sociedade “plenamente ocupada”, produzindo excedentes, não importa com que razões.

Finalmente, é pertinente de indicar que esta natureza do trabalho foi bizarra e inconscientemente indicada tanto por Max Weber (1920, citado em KURZ, 1993) em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* como por Stalin (1938, citado em KURZ, 1993), quanto em *A História do Partido Comunista da União Soviética*, por Stalin. Na primeira lê-se o seguinte:

Mas é sobretudo o *summum bonum* dessa “ética”: a aquisição de dinheiro e mais dinheiro, com negação rigorosa de todo prazer despreocupado, tão completamente despida de todos os aspectos eudemonísticos ou até hedonísticos, tão puramente concebida como atividade em traz em si a própria finalidade, que, frente à “felicidade” ou ao “proveito” do indivíduo, parece ser algo totalmente transcendente e absolutamente irracional. O homem está referido à aquisição como finalidade de sua vida; e a aquisição deixou de estar referida ao homem como meio para a finalidade de satisfazer-lhe as necessidades materiais da vida. [Weber, 1984 (1920), p.44.]

E expresso em Stalin, apenas em termos nacionais, supra-individuais dessa ética, que se lê:

Naturalmente novas construções tão grandes exigiam investimentos milionários [...] E na União Soviética foram encontrados esses recursos. Na URSS foram encontradas fontes de acumulação que não conhece nenhum Estado capitalista. O Estado Soviético dispunha de todas as empresas e terras que a Revolução Socialista de Outubro tirou aos capitalistas e latifundiários, dos meios de transporte, dos bancos e do comércio interior e exterior. Os lucros das fábricas e empresas estatais, dos sistemas de transporte, dos comércios e dos bancos não eram mais usados para o consumo da classe parasitária dos capitalistas, mas sim para a ampliação da indústria. [...] De todas essas fontes de renda dispunha o Estado soviético. Podiam render centenas de milhões e até bilhões de rublos para a criação da indústria pesada. (STALIN, 1938, p.341, citado em KURZ, 1993.)

Como pode então um “mercado planejado” (e o próprio nome já é extremamente revelador sobre sua natureza) considerar-se uma superação do

capitalismo ao mesmo tempo em que trabalha com todos os aspectos fundamentais deste sistema: salário, renda, lucro, preço?

No que tange ao elemento básico subjacente a todas essas categorias, o trabalho abstrato, os Estados do Leste não se limitaram a adotá-lo, mas a oficializá-lo e radicalizá-lo de maneira autoritária.

Conclui-se a análise deste capítulo com as boas palavras de Thomas Mann, que em junho de 1919, enquanto refletia sobre a composição do seu romance *A Montanha Mágica*, escreve:

Fiquei pensando, a esse respeito, que a diferença ética entre o capitalismo e o socialismo é insignificante, porque ambos consideram o trabalho o princípio supremo, o absoluto. Não é justo fingir que o capitalismo seja uma forma de vida parasitária e improdutiva. Ao contrário, o mundo burguês não tem conhecido nenhum conceito e valor mais elevado que o trabalho, e este princípio ético, que se torna oficial somente no socialismo, vem a ser princípio econômico e critério político e humano, diante do qual somos aprovados ou não, e isto de maneira que ninguém pergunta por que o trabalho possuiria essa dignidade e santidade absoluta. Ou será que o socialismo traz um novo sentido e uma nova finalidade ao trabalho? Pelo que eu saiba não. O trabalho é uma fé, algo absoluto? Não é. O socialismo não se encontra num nível intelectual, moral, humano e religioso mais alto do que a ideologia burguesa capitalista, sendo apenas um prolongamento desta. É tão ateu quanto ela, pois o trabalho não é divino. [Mann, 1979, p.268.]

2.3. ESTATISMO E MONETARISMO NO PROCESSO HISTÓRICO DA MODERNIDADE

Kurz demonstra neste capítulo o equívoco que reside em tomarmos a alternância entre elementos supostamente antitéticos da modernidade (estatismo e monetarismo, e, mais amplamente, capitalismo e socialismo real) pelo seu valor de face, como tão habitualmente têm feito os economistas de vários matizes.

Indica que no início da Modernidade existiram movimentos transitórios quase de todo estatistas (como o absolutismo mercantilista, o Regime da Revolução Francesa ou mesmo o Regime Bonapartista) que nem por isso deixaram de conter um projeto e uma prática de modernização, com vistas à superação dos traços feudais, aristocráticos, em direção ao capitalismo.

Naturalmente, existe uma distância enorme entre os elementos estatistas predominantes nestas formas incipientes de capitalismo e o que contemporaneamente convencionou-se chamar de “intervenção do Estado na economia”. Pois se para os primeiros um regime de produção extremamente sofisticado, dividido, com democracia de massa etc., era apenas um futuro ainda idealizado, para o “estatismo moderno”, muitas vezes entendido como graus maiores ou menores de aplicação da “doutrina Keynesiana”, este é o ponto de partida e o seu pressuposto. Nesta, o estatismo não visa modificar essencialmente as divisões existentes na sociedade e superar formas extemporâneas de interação social, mas antes manter as relações de classe atuais ao permitir algum nível de crescimento econômico em tempos de crise, e, portanto, de retorno à normalidade do sistema.

O estado de coisas que a Revolução de Outubro encontra na Rússia de 1917, é fácil perceber, está muito mais próximo dos elementos daqueles primeiros casos, o das sociedades feudais em decomposição, em que predominam as relações agrárias sobre qualquer traço de modernidade. Precisamente por isto, em toda a sua truculência e repugnância, enfrenta a realidade desta sociedade com repressão mais violenta e pretensões ideológicas mais inflexíveis. Não conta com a capilaridade, o horizonte temporal amplo dos desbravadores, nem com a eficiência das instituições existentes em sociedades capitalisticamente desenvolvidas.

Seja como for, a oposição aparente entre estatismo e monetarismo na modernidade não resiste à análise histórica da formação do próprio capitalismo

ou, na expressão autoritária do Leste, do socialismo real. O que se viu foi que o capitalismo dependeu da orientação estatal em todo o seu início, e depende dele ainda hoje nos momentos em que o mercado não é capaz de superar seus próprios dilemas. Pode-se dizer que esta foi a precisamente grande virada ideológica e reformista do Keynesianismo: saber alternar momentos monetaristas e estatistas sem temeridade de que o Estado fosse uma instância antitética ao mercado.

Isto posto, Kurz parte então à análise do Estado-Racional-burguês de Fichte, que nas suas características (FICHTE, 1977) já previa e indicava as diretrizes do Estado da União Soviética, tais quais o controle total do comércio e das relações com o mundo exterior, o cálculo da produção e da circulação, fixação dos salários, preços, etc.

Para o presente trabalho de Iniciação Científica, no entanto, o mais pertinente neste capítulo consistiu notar as similitudes e o relacionamento entre Estado e mercado, ou como chama Kurz neste capítulo, “*Estatismo e Monetarismo no processo histórico da Modernidade*”. Pois, em geral essas instâncias da sociedade moderna são tidas como opostas, que representam projetos econômicos e políticos absolutamente distintos, como querem fazer crer as escolas keynesianas, monetaristas, os partidos operários, sociais-democratas, etc. Todos sugerem nos seus projetos, inclusive, que seria possível encontrar um ponto ótimo de equilíbrio entre Estado e mercado; uns, no sentido do mercado mínimo, e outros acreditam que esta entidade abstrata deve induzir o crescimento e, principalmente, qual *deus ex machina*, descer à Terra e estimular as economias em momentos como aquele em que este trabalho foi escrito, o da Crise de 2007 – 2009.

Não deixa de ser curioso que um tal equilíbrio não foi encontrado em todo o Século XX, seja no Estado totalitário do mundo soviético, seja no Estado mínimo mais defendido que aplicado por Thatcher e Reagan. Qual um movimento pendular e dialético, o que se viu ao longo deste período foi o revezamento cada

vez mais rápido entre estatismo e monetarismo; é fato digno da nossa atenção que justamente após o maior período de desregulação, principalmente financeira, os Estados-nacionais de todo o mundo tiveram de acudir e intervir agudamente nos mercados em 2008, sob pena de insolvência generalizada e depressão econômica.

Estes fatos nos indicam que o objeto de nossa análise, a crise de realização do valor-trabalho, pode estar na raiz da crescente alternância entre as políticas estatistas e monetaristas da modernidade. Se na bonança ou na recuperação das crises cíclicas do capital o Estado e os momentos “improdutivos” da vida social (assistência social, educação, cuidados ecológicos, pesquisa, etc.) são achincalhados, acusados de ineficientes e promotores de benevolência injustificada, durante o pânico das crises e da falta de perspectivas dos momentos de recessão ou depressão, o Estado é aclamado como o salvador de última instância – e todos aqueles que o acusavam, agora já são keynesianos de carteirinha e mal podem esperar as instâncias pertinentes do Executivo e Legislativo decidirem pelo tamanho do estímulo.

Tudo indica, no entanto, que não é sem dor que se alternam estes momentos. O potencial inflacionário dos estímulos estatais e o potencial barbárico das administração da crise por meio do desmonte do sistema de bem-estar social (e de todas as suas instâncias tidas como “improdutivas”) revelarão as suas faces de maneira cada vez mais explícita, ao passo que nem o Estado nem o mercado podem salvar o criação de novos valores por meio do valor-trabalho do seu próprio limite interno.

2.4. CONCORRÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

Neste capítulo, Robert Kurz denuncia a ilusão que consistiu a “abolição” da concorrência nas economias planejadas do Leste. Somente de uma percepção reprimida e obtusa da crítica da economia política de Marx poderia derivar a intenção (desde o início puramente moral) de eliminar a “luta de todos contra todos” sem, no entanto, eliminar a forma-mercadoria e seus correspondentes sociais: salário, preço, lucro.

Confundir uma “economia estatista de comando e de caserna” (KURZ, 1993) com uma reprodução social que não se baseia na forma-mercadoria e no fetichismo é escamotear o essencial da crítica marxista.

Mas, para além destas considerações interessantes a respeito do entendimento equivocado acerca do potencial (não) emancipatório do regime soviético, são essenciais para este trabalho as reflexões deste capítulo a respeito da divisão do trabalho, o trabalho abstrato, sua conexão com a categoria social “dinheiro” e como a crise destes conceitos nos leva à crise de realização do valor-trabalho nas economias avançadas da modernidade, estejam elas aonde estiverem no “*continuum* (...) que se estende desde o absolutismo esclarecido do Ocidente até o atual Estado do crescimento, e que inclui ainda o socialismo real baseado na economia de guerra” (KURZ, 1993, p. 65).

Vêm-se explicitadas muito claramente as idéias de que o dinheiro, a despeito de ser em geral interpretado na história econômica como um sinal da evolução e da sofisticação dos regimes de troca (mas somente quando comparados a sociedades primitivas cuja reprodução se realiza quase sem qualquer divisão do trabalho), é expressão na verdade de uma divisão de trabalho ainda pouco desenvolvida. Se remetermos às origens das categorias de mercado e dinheiro, perceber-se-á que surgiram justamente onde os entrepostos comerciais e equivalentes universais eram necessários em virtude do isolamento das produções imediatas que eram trocadas (como na rota até as Índias, por exemplo).

As produções reais em que essas categorias inicialmente aparecem, apesar de já contarem com algum nível de socialização e interdependência produtiva, são sem dúvida ainda elementares e desligadas em termos logísticos e políticos, como a interdependência nos regimes escravocratas ou feudais. A idéia de que haja uma identidade direta entre a divisão social do trabalho, o dinheiro e a forma-mercadoria é, pois, uma interpretação apressada e de curto alcance histórico e teórico.

Ao longo da modernidade, a divisão do trabalho e a amplitude da circulação das produções reais extravasam definitivamente as barreiras primitivas da produção e consumo locais e estabelecem um sistema definitivamente global, imediatamente engrenado e interdependente. É o que se vê hoje, de maneira exemplar, no circuito de importação e exportação entre China e Estados Unidos.

E são justamente a firmeza e a necessidade imediata deste entrelaçamento que também definem a obsolescência do dinheiro, que é a expressão de abstração social imediata do que foi criado pelo valor-trabalho no âmbito da produção, apesar de em geral isso só ser notado como necessidade “prática” de equivalência geral entre as mercadorias.

Justamente por isto, pelo nível de desenvolvimento material da produção e do entrelaçamento da circulação, de que o dinheiro é apenas “reliquia bárbara”, o dinheiro e o valor-trabalho se tornam insuficientes nesta etapa da socialização. Pois são categorias que pretendem mediar a diversidade das produções humanas apenas de maneira **indireta**, “anárquica” e abstrata, enquanto o nível de desenvolvimento das forças produtivas já permite e mesmo exige a consciência direta e sensível das (re)produção social.

Nas palavras de Kurz:

(...) o fim comum a ambos [os sistemas produtores de mercadoria, capitalista e soviético] consiste em impor a subordinação das necessidades, finalidades e intenções humanas à riqueza nacional abstrata de um sistema produtor de

mercadorias e ao seu crescimento e também ao direcionamento sistemático dos homens a esta finalidade 'sem sentido' (KURZ, 1993, p. 65).

Este capítulo, portanto, nos indica do ponto de vista histórico a insuficiência e o relativo primitivismo da forma-mercadoria, da sua conseqüente forma-dinheiro e da exploração do valor-trabalho que lhes é correspondente. Apesar de a limitação desta exploração só encontrar seu limite absoluto e lógico durante o desenvolvimento da Terceira Revolução Industrial, em que a valorização do valor pela utilização do trabalho abstrato se mostra insuficiente (tema que será explorado longamente mais a frente em nossa dissertação), já nos é possível ver aqui a determinação histórica desta limitação e a conseqüente crise do valor-trabalho.

O dinheiro, como abstração universal do valor de troca das produções humanas, mostra-se insuficiente e sem substância com o avanço do entrelaçamento global e logístico das cadeias produtivas; se em determinada etapa deste desenvolvimento ele desempenhou papel preeminente e até indispensável, quando as economias atingem um estágio avançado de circulação e troca ele mostra suas limitações à tarefa. Vê-se isto expresso desde o recente questionamento sobre o papel do Dólar na economia global até a incapacidade do Euro em unificar as várias contradições internas às economias da Europa.

Novamente nas claras palavras de Robert Kurz:

A produção e a apropriação da mais-valia acabam assim por se esfacelar, tanto no plano lógico quanto no prático: como particularidade do produto e universalidade do dinheiro, como incongruência da forma material do valor de uso e da forma abstrata do dinheiro da mais-valia. Mas precisamente essa incongruência torna-se a força motriz de todo o processo da modernidade, a fonte de uma dinâmica social quase impossível. (...) Em outras palavras: a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa

forma, situação que já se anunciou por uma sequência histórica de crises de ascensão relativas da sociedade de trabalho moderna. A sociedade mundial capitalista caminha rumo à sua prova de resistência, pois chegará inevitavelmente ao ponto (que aos olhos de seus contemporâneos mais parece uma linha) em que irá suprimir a condição de substância social do valor econômico que caracteriza o trabalho abstrato. Mas por outro lado quer conservar o invólucro formal dessa forma-valor, manter seus frutos (salário, preço, lucro), apesar de estes terem perdido sua substância. (KURZ, 1993, p. 69).

Capítulo III – Circunscrição do Objeto: A crise do valor-trabalho

3.1. A crise essencial: a do valor-trabalho

Nas partes precedentes deste trabalho foi exposto o contexto relevante para o pensamento de Robert Kurz: a teoria clássica do valor (inicialmente elaborada por Smith (1999), Ricardo (1985) e finalmente sumarizada e criticada por Marx (1988)) e o contexto social e econômico das crises contemporâneas, entendidas como aquelas acontecidas aproximadamente nos últimos 30 anos e emanadas essencialmente da superestrutura financeira.

A importância da teoria do valor-trabalho (indicada em detalhe no capítulo “*As teorias clássicas sobre o valor trabalho: Smith, Ricardo e Marx*”) reside no fato de que é justamente a aplicação de trabalho humano abstrato o processo que para Robert Kurz modifica qualitativamente as características no capitalismo contemporâneo e encerra o potencial de emanar sucessivas crises sociais e financeiras.

Superficialmente isto poderia parecer um paradoxo econômico, já que desde a consagração dos autores clássicos supracitados toda fonte de riqueza (e de apropriação desta) consistiria justamente em aplicar de maneira rentável o trabalho abstrato. Mas esta leitura só seria devida e pertinente se se toma o modo de produção e o desenvolvimento econômico como objetos a-históricos, isto é, que não tem a sua substância alterada a partir do próprio desenvolvimento alcançado nas fases anteriores, em que de fato todo valor era gerado a partir do trabalho abstrato e isso garantia um desenvolvimento sempre crescente das forças produtivas e da riqueza social. Não se trata aqui, portanto, de uma visão

simplesmente cíclica do desenvolvimento das forças produtivas, mas de uma que reconhece que no desenrolar da história econômica e das novas tecnologias surgem também novas condições de valorização. O movimento central desta história diz respeito à força de trabalho (KURZ, 2009), que com as novas tecnologias se torna a cada momento mais dispensável e marginal no processo produtivo, conforme será visto à frente.

O grande salto qualitativo estaria justamente na análise da dinâmica do capital feita por Marx (1988) (e com que a maior parte dos movimentos políticos de esquerda encontravam dificuldade de lidar ou deliberadamente negligenciavam): o Marx “esotérico”, da crítica ao fetichismo do valor e da previsão ainda abstrata de sua crise, em que até a chegada das crises do final do Século XX revelarem a insuficiência do socialismo soviético e da crítica “marxista” e de esquerda reinante, pareciam questões demasiadamente filosóficas, fora da *práxis* político-econômica. Importava o “conflito de sistemas” e a suposta dicotomia existente entre Estado e mercado, tal qual está indicada na resenha de “O Colapso da Modernização”.

Esta alegada crise do valor-trabalho, ou mais precisamente a crise da aplicação do trabalho abstrato de maneira rentável e geradora de níveis superiores de civilização, revelaria precisamente que o capital começou a perda da sua capacidade de valorização em termos absolutos, isto é, teria alcançado aquele estágio indicado abstrata e logicamente pelo Marx “esotérico” em que os sistemas produtores de mercadorias encontram um limite histórico e absoluto. Percebe-se a lógica deste limite logo abaixo, mas cabe antes ressaltar que este fato não se deve a forças sociais que se oponham decidida e claramente a ele, mas precisamente em razão de o capital se ter desenvolvido a um tal nível de sofisticação que a própria aplicação de trabalho abstrato não o torna mais suficientemente rentável. Faz-se necessária a ampliação sempre crescente do crédito e da base monetária (combinados, naturalmente, com uma baixa artificial dos juros) para que a ilusão da valorização continue presente.

Mas, apesar de sermos capazes, por via da análise crítica de categorias lógicas e historicamente determinadas (que é o que será descrito à frente), de sugerir a existência da crise do valor-trabalho (inclusive em razão das suas conseqüências extremamente palpáveis e inusitadas, tais quais a freqüência da ocorrência de crises financeiras ou do crescente desemprego estrutural, em especial nos países desenvolvidos), a queda da taxa de lucro das economias como um todo (o que não se confunde de maneira alguma com a taxa de lucro ordinária apresentada por cada empresa individual) não pode ser provada de maneira puramente empírica, positivista. Nas palavras de Robert Kurz:

Mesmo a análise histórica da dependência recíproca entre a falta de dinâmica de acumulação real do capital global e a formação de uma economia de bolhas financeiras transnacionais ainda fica limitada às aparências. Uma explicação adequada só é possível com referência à crítica da economia política de Marx. Ele analisou a dinâmica histórica do capital e o seu "limite interno" num plano conceitual abstrato. A sua exposição categorial afasta-se do pensamento positivista, porque argumenta no plano da substância do valor insusceptível de reconhecimento empírico imediato, plano que não se confunde com o conceito de criação de valor da economia nacional ou da economia empresarial, em cujas contas não aparece a conexão de quantidades de trabalho abstrato, substância de valor real, ciclos de giro do capital físico e do capital-mercadoria, criação de moeda e sistema de crédito, ou seja, o movimento real só é reproduzido de forma distorcida. A análise categorial de Marx da dinâmica de acumulação mostra a auto-contradição interna do modo de produção capitalista baseada na crescente composição orgânica do capital. A proporção crescente de capital constante (o capital físico "morto", que transmite valor, mas não cria valor) em comparação com o capital variável (a força de trabalho que cria valor e mais-valia) em cada capital-dinheiro aplicado leva à queda tendencial (histórica) da taxa de lucro. Esta expressão relativa da auto-contradição pode ser compensada pelo impacto no conjunto da sociedade de um aumento relativo da mais-valia por força de trabalho (redução do valor desta através do desenvolvimento das forças produtivas), mas só se, ao mesmo tempo, a utilização de capital-dinheiro e, portanto, a aplicação de força de trabalho aumentar em conformidade e levar a uma massa de lucro crescente, apesar da queda da taxa de lucro. Aqui também se faz notar a auto-contradição, na medida em que os custos prévios sempre crescentes do capital físico já não podem ser adequadamente financiados pelos lucros do passado, mas obrigam ao recurso também crescente ao sistema de crédito. Deste modo, o capital tem de recorrer cada vez mais à antecipação da mais-valia futura, para manter em funcionamento a produção de mais-valia atual. Daqui se pode concluir por um limite interno histórico da valorização, se o uso adicional de força de trabalho, mesmo com aplicação crescente de capital-dinheiro,

já não tem sucesso suficiente, e se as cadeias de crédito por antecipação do futuro distante se rompem, caindo também assim a massa do lucro. O desenvolvimento na base da terceira revolução industrial desde a década de oitenta pode ser explicado neste sentido, ainda que, pelas razões apresentadas acima, não exista nenhuma evidência empírica, em termos de uma extrapolação positivista. Trata-se, porém, do "poder de abstração" conceitual (Marx), para explicar os fenômenos reais, em vez de percebê-los como fatos descontextualizados, que se possam interpretar arbitrariamente. As insuficiências apontadas de grande parte da esquerda podem ser atribuídas em última instância ao fato de se ter recorrido à teoria de Marx apenas de modo fragmentário. O nível categorial, na medida em que foi sequer tematizado, foi curto-circuitado com diagnósticos positivistas, pressupondo a eterna capacidade de produção de mais-valia relativa e de expansão do capital. (KURZ, 2009, 5ª tese).

Os elementos básicos desta equação seriam o que Marx (1988) denominou capital fixo e móvel. Ao primeiro (capital fixo) atribuiu o montante aplicado de maneira produtiva para a compra de máquinas, prédios, tecnologia, etc; é o capital utilizado na compra do que chama de "trabalho morto", aquele que vem de ciclos anteriores e serve como base para ampliar a produtividade e subsidiar a produção presente. Ao segundo, o capital móvel, identificou a parcela de capital investida na aquisição de mão-de-obra, isto é, em oposição ao conceito anterior, aquele aplicado na compra de "trabalho vivo", destinado a fazer movimentar as máquinas e todos os outros fatores de produção comprados sob a insígnia de capital fixo.

Destas definições pode-se retirar de imediato a conclusão natural de que sem a parcela de capital móvel (mão-de-obra), não há rentabilidade ou valor adicionado possível. À guisa de ilustração, mesmo que em nível puramente abstrato se pudesse imaginar uma máquina que produz indefinidamente sem auxílio humano (o que inclui dispensa de reparos ou subsídio manual de matéria-prima), isto é, se se imagina uma produção total e absolutamente automatizada, a derivação lógica imediata é que o produto dali obtido teria valor adicionado tendente a zero.

A fim de ilustrar matematicamente este exemplo, tem-se que se uma máquina é comprada pelo valor presente de 100 milhões de unidades monetárias

(VP=100) e se ela tem produção de 1 milhão de unidades por mês, o valor que estas unidades terão nada mais será do que a própria taxa de juros vigente (HUMMEL, P.; PILÃO, N., 2002, p. 115) dividida pelo número de unidades produzidas:

$$\mathbf{a. [VP] f (P \rightarrow R)_i^\infty = [VP]*i}$$

$$\mathbf{b. 100 f (P \rightarrow R)_{2\%a.a.}^\infty \cong 0,1652}$$

Erro! Use a guia Início para aplicar 0 ao texto que deverá aparecer aqui.: **Transmissão do capital fixo em uma produção totalmente automatizada**

Assim, pode-se perceber pelo quadro acima (seja no modelo geral no item A ou no exemplo que foi utilizado no item B), que dadas a concorrência e a produção totalmente automatizada, este mercado nada mais faria que transmitir aos seus produtos o custo do capital utilizado para a aquisição das máquinas necessárias.

Se se considera neste horizonte ainda a depreciação e a amortização dos investimentos, o custo dos produtos tenderia a zero a partir de certo tempo, na medida em que seriam tão abundantes e não custosos quanto qualquer bem livremente disponível, como ar ou a luz do sol. Neste contexto, os bens produzidos de maneira totalmente automática simulariam aquela situação do selvagem, em que “forças da natureza” lhe provêem gratuitamente o necessário.

Por absurda que possa parecer esta situação, paradoxalmente é o horizonte para o qual caminharia a economia contemporânea, se se tira da equação a gratuidade dos bens, e incluíssem as conseqüências sociais e políticas do desemprego estrutural sempre crescente em uma sociedade de sujeitos

monetários incapazes de atingir os imperativos que a economia lhes exige, caindo muitas vezes abaixo da linha de uma digna sobrevivência.

3.2. A importância da estrutura financeira nas crises contemporâneas

Já no exemplo citado acima pode-se então evidenciar a importância central que a superestrutura financeira adquire no contexto das crises contemporâneas: na medida em que a produção se torna crescentemente dependente de gigantescas mobilizações de capital para que seja competitiva e viável em nível global (como os brutais investimentos em desenvolvimento, pesquisa, *marketing*, publicidade, automação etc.), e ao mesmo tempo menores são as parcelas que podem ser despendidas na aplicação de mão-de-obra (ou trabalho abstrato) – em virtude do padrão de produtividade e automatização vigentes –, as finanças e notadamente as taxas de juros se tornam crucialmente centrais para que a aparência de rentabilidade contemporânea continue vigorando. E por isto as laxas políticas de crédito (público ou privado) se tornam centrais (e não apenas uma instância de alocação de excedentes de poupança entre setores das economias) tanto no âmbito da produção quanto no do consumo. Delas depende a aparência de normalidade, e, em momentos de crise, a “salvação do sistema” (como diziam em pânico os comentaristas econômicos no Crash de 2008, ao suplicarem que o Estado fizesse as vezes de “*lender of last resort*”).

O capital financeiro, no atual estágio de desenvolvimento produtivo, é de importância primeira para o funcionamento das economias nacionais. Por um lado, é a forma industrial e comercial do capital que investem em força de trabalho que adiciona valor ao capital original aplicado (em matérias-primas, prédios, máquinas, etc.), realizando-a posteriormente com a venda de produtos propriamente ditos, mas é só a partir de um “capital dinheiro”, emprestado ao preço de juros (ou o seu equivalente, o custo de oportunidade se se tratar de um

capital financeiro do próprio empresário), que este ciclo produtivo se torna possível em primeiro lugar.

Neste sentido, a remuneração financeira do capital não deixa de ser uma forma subsidiária da mais valia e do valor criados e realizados no processo efetivo de produção. Os juros e o principal só podem ser pagos na medida em que o capital financeiro tenha sido aplicado de maneira produtiva, rentável num nível superior ao da própria taxa cobrada – pois do contrário não faria sentido o dispêndio diário do empresário e seus funcionários. Os juros, portanto, nada mais são do que uma parte subsidiária ao lucro geral do empresariado, não devendo a sua taxa superar a taxa de lucro, sob pena de inviabilizar o processo produtivo e tornar-se ele mesmo impossível de encontrar vazão na realidade.

Por esta razão, do ponto de vista empresarial, uma baixa sem precedentes nas taxas de juros se fazem necessárias para que o custo dos empréstimos gigantescos que mobilizam os parques industriais da Terceira Revolução Industrial não torne amplas parcelas do setor produtivo em empreendimentos não-rentáveis. Observa-se isto de maneira notável no Japão, onde, desde a crise da década de 80, o Banco Central não cogita nem tentou implementar taxas acima dos 0,5% ao ano.

E é tal a importância da manutenção dessas taxas em níveis artificialmente baixos que o zelo diário dos bancos centrais dos países desenvolvidos (e ocasionalmente também daqueles em desenvolvimento) em inundar com “liquidez” tornou-se a tarefa precípua dessas instituições, com a finalidade de não permitir que as economias caiam em depressão, mas também não permitir que se revele o potencial inflacionário deste tipo de intervenção no médio e longo prazos.

Capítulo IV – Críticas a Kurz

O trabalho de Robert Kurz recebeu grande atenção no Brasil. Seja por ocasião dos lançamentos dos livros aqui editados (“*O Colapso da Modernização*” - 1992, “*O Retorno de Potemkin*” – 1993 e “*Os últimos Combates*”- 1997), seja nos artigos semanais que escrevia para o jornal Folha de São Paulo, sua crítica sempre foi tida como de relevo, sendo uma importante referência especialmente no tratamento da antiga União Soviética, bem como da recente onda de financeirização das economias.

A sumarização das críticas que se faz aqui procurou pautar-se especialmente por artigos acadêmicos, de leitura crítica das obras de Kurz, notadamente aquelas publicadas na revista *Novos Estudos Cebrap*. Foram levados em consideração os artigos de Francisco de Oliveira, Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Arthur Gianotti e Roberto Schwarz.

4.1. Bresser-Pereira

Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA, 1993), o grande erro de Kurz estaria em confundir uma crise cíclica do capitalismo com o colapso final da modernidade. Ao invés de uma grave insuficiência de demanda, para Bresser essa crise derivaria de uma crise do Estado iniciada nas economias centrais na década de 70. Para além deste erro central, Bresser também afirma que Kurz se equivoca com relação a sua definição da formação social soviética e na sua interpretação do pensamento de Marx.

No que tange ao primeiro erro (crises derradeiras do capitalismo), Bresser afirma que porquanto o capitalismo esteja de fato em situação muito pior desde os anos 70, crescendo nos países centrais a taxas menores do que a metade das do

período diretamente anterior, esta crise é apenas relativa. Alega que não há evidências de que seja uma crise final do sistema produtor de mercadorias, e que o autor alemão também não dá provas neste sentido – o que não parece justo, já que ao longo de toda a dissertação, Kurz indica que o processo derivaria justamente do grandessíssimo aumento da produtividade gerada pela Terceira Revolução Industrial (microeletrônica, genética e telecomunicações em especial), que seria poupadora de trabalho num nível qualitativamente novo, fazendo com que mesmo nos países desenvolvidos (e talvez principalmente nestes) o contingente de desempregados estruturais razoavelmente qualificados só fizesse aumentar.

No entanto, para o economista brasileiro, não pode haver crise geral derivada de um excesso de produtividade. Segundo a lei de Say, ela poderia causar uma grave crise cíclica, “mas como qualquer economista com um mínimo de formação sabe que [...] a oferta cria a sua própria procura. Que produção significa renda, e que esta, na forma de lucros e salários, tem que ser gasta em investimento” (BRESSER-PEREIRA, 1993, p. 45). Esta passagem da crítica a Kurz, no entanto, parece um pouco ingênua, na medida em que postularia na prática que crises de superprodução são lógicas e factualmente impossíveis, o que está longe de ser a realidade e abundam os fatos neste sentido – como, aliás, as próprias crises cíclicas, em que a produção não encontra realização no sistema de circulação de mercadorias, por motivos que podem ser de várias naturezas.

Bresser indica ainda que só se poderia pensar num colapso do sistema capitalista na situação em que a produtividade deixasse de crescer e começasse a cair. Tanto na teoria de David Ricardo quanto na de Marx, só se identificaria a estagnação e crise do sistema na medida em que para um os rendimentos decrescentes da agricultura, e para o outro um progresso técnico cada vez mais dispendioso de capital, não superassem os ganhos com a produtividade. Argumenta ainda que ambas as previsões de estagnação dos autores não se verificaram empiricamente justamente porque as contratendências (muitas vezes

enumeradas por eles mesmos) continuaram superando esta possível fonte de crise.

Ao terminar a crítica à concepção kurziana de crise final do capitalismo, Bresser indica que na verdade “um Estado reformado, saneado financeiramente, que haja superado, portanto, a crise fiscal, terá a possibilidade de novamente intervir com a efetividade e moderação sobre o mercado e voltar a acelerar o processo de crescimento capitalista”. O que preocupa, no entanto, é que desde quando esta crítica foi escrita, a situação dos Estados nacionais e da dívida pública como um todo só fez piorar. Se se olha principalmente para as economias centrais, como EUA, Japão e Europa, percebe-se que, para muito além de não sanear a crise fiscal, ela foi agudizada a níveis totalmente novos, como qualquer análise da relação dívida/PIB revelará.

Uma segunda crítica do mesmo autor a Kurz seria a de que o estatismo soviético não caracterizava de forma alguma um regime próximo do capitalismo, já que seria apenas a tentativa de uma classe, que Bresser chama de burocracia ou tecnoburocracia, de eliminar a burguesia e comandar a sociedade e a economia. Posta à parte a afirmação sobre a existência desta nova classe social, que não cabe aqui discutir, a obra de Kurz parece bastante clara no sentido de indicar em que momentos da sociedade soviética as categorias bastante capitalistas como salário, classe operária, trabalho abstrato e lucro (ou produção de excedentes) estariam presentes. Seria na forma do estado como capitalista e empregador-mor, apropriador e gerador de excedentes e pagador de salários. Poucas mudanças de essência teriam sido feitas com relação ao modo básico de socialização capitalista.

Uma última crítica do autor a Kurz seria a de praticar um reducionismo da obra de Marx, já que romperia o método histórico deste ao postular a existência de que houve apenas dois modos de produção: um que não produzia mercadorias, tido como não monetário, e outro produtor de mercadorias, que seria o das

sociedades hodiernas. Apesar de que esta atribuição a Kurz parece por demais simplista, já que o autor identifica inúmeras etapas de desenvolvimento e fases alternadas de aspectos monetaristas ou não, é interessante a digressão final de Bresser no sentido de que raramente um modo de produção predomina “puro”, sem traços que o contradigam. Neste sentido, diz que “quando Marx escrevia, o capitalismo acabara de se tornar o método de produção dominante na Europa, mas ainda com restos importantes do feudalismo. No nosso tempo, o capitalismo continua o modo de produção dominante, mas estão presentes traços importantes de estatismo e socialismo” (BRESSER-PEREIRA, 1993, p. 47).

Uma última reflexão de Bresser pode interessar ao fito deste trabalho: indicou ao autor desta Iniciação que um dos possíveis pontos de debate sobre a obra de Kurz estava no fato de que, apesar de ser bastante provocadora e atraente a tese de que o capitalismo poderia vir a enfrentar uma crise derradeira (ou uma série de crises cada vez mais agudas e com menos maneiras de serem contornadas) devido à economia estrutural de mão-de-obra realizada pelas tecnologias da Terceira Revolução Industrial, este processo também era no geral economizador de capital, na medida em que as tecnologias que substituem as velhas são, na maioria dos casos, mais baratas. Deu como exemplo os parques fabris da indústria automobilística e a própria lei de Moore, segundo a qual, a cada dois anos, a capacidade dos eletroeletrônicos pode dobrar sem que dobre o seu preço. Bresser indicou, então, a sua tese de livre-docência (BRESSER-PEREIRA, 1991) e as implicações deste argumento serão melhor discutidas na *Conclusão* deste trabalho.

4.2. Francisco de Oliveira

Já segundo a leitura de Francisco de Oliveira, apesar do hermetismo de certas passagens da obra de Kurz (refere-se também especificamente a “*O Colapso da Modernização*”, de 1993), o livro foi grandemente aclamado no

Brasil devido à clareza de Roberto Schwarz (por quem foi anunciado) e por possuir teses relativamente simplistas, que “caem num terreno fértil, adubado pela crise do socialismo e pela falta de perspectivas para uma grande parte da esquerda” (OLIVEIRA, 1993).

Oliveira afirma que as teses de Kurz são uma síntese das de Karl Marx sobre a crise capitalista final, com a diferença de que o primeiro pretende incluir como elemento confirmador desta crise a derrocada do socialismo real. Após enumeração de algumas teses centrais de “O Colapso da Modernização”, o sociólogo brasileiro indica que a técnica de Kurz seria excessivamente dedutivista, não fazendo uma análise profunda de alguns fatos e categorias; deixaria de lado, por exemplo, a interpretação da burocracia no sistema soviético, limitando-se a defini-la apenas como socialismo de caserna. O autor reconhece ainda que para Kurz o processo social da concorrência seria o elemento que teria trazido o socialismo real à derrocada, ao impedir que a dinâmica essencialmente capitalista –estatista deste sistema efetivasse ganhos de produtividade crescentes, mas critica-o por não se perguntar por que o capital não rompeu a “camisa de força” na União Soviética.

Na opinião de Oliveira este passo decisivo não foi dado pelo capital pois no sistema soviético não havia capital, ao contrário do que acredita Kurz e em linha com Bresser-Pereira, tal como relatado acima, e portanto não havia o lá o fetiche da mercadoria. Enquanto no capitalismo “o capital é uma propriedade que consome produtivamente a força de trabalho, do que resulta uma relação social, no segundo [no socialismo soviético] o que Kurz acha que era capital na verdade era apenas meios de produção, e a força de trabalho não era uma mercadoria, mas tão-somente força produtiva” (OLIVEIRA, 1993, p. 55). O autor do artigo propõe que o verdadeiro fracasso do socialismo real estava localizado “na incompleta constituição de uma sociedade socialista, isto é, na transferência da propriedade estatal para os cidadãos” (*idem*).

Faltaria a Kurz pensar o capital como relação social, o que o obrigaria a pensar também em termos de classes sociais e luta de classes. Segundo Oliveira (1993), apesar de o lugar da política sempre ter sido problemático na obra de Marx, “o melhor do marxismo posterior, na obra de um Gramsci, por exemplo, foi capaz de estatuir este lugar, irrefutavelmente. Mas os que recusaram a contribuição gramsciana permaneceram a concepções estreitas sobre o Estado (...)” (*ibidem*).

Por fim, Francisco de Oliveira argumenta que o fato de o movimento operário ter feito política a partir das formas aparente (fetichizadas) “salário não constitui nenhuma prova de que ele tenha reificado o que era apenas uma categoria analítica de Marx. Significa apenas que essa é a única forma de se fazer política: a partir das formas aparentes” (OLIVEIRA, 1993, p. 57).

Também a partir de uma visão mais ampla da obra de Oliveira desta época (isto é, que se foca especialmente na sua produção do período, como em “*O Surgimento do Antivalor*”, de 1995), é justo dizer que o sociólogo brasileiro também tinha uma visão bastante contrária da de Kurz no que tange aos movimentos de luta como potenciais promotores desta superação. Por um lado, o geral da obra kurziana sugere que o grande catalisador da crise atual (que seria um prenúncio dos “últimos combates”) são as próprias contradições do valor e do fetichismo da mercadoria, enquanto paralelamente a isto encontram-se partidos e movimentos que no geral não conseguiriam romper com as categorias aparentes, ainda do mundo das mercadorias e fazer reivindicações e lutas imanentes. Já pelo lado de Oliveira se percebia a crença também nos partidos e organizações socialistas, que apesar das contingências seriam a maneira eficaz e comprometida de empreender uma saída.

4.3. José Arthur Gianotti

Por fim, uma terceira leitura crítica desta obra de Kurz foi feita por José Arthur Gianotti. Em “*As Diabruras Metafísicas de Robert Kurz*”, o filósofo concorda com os dois críticos supracitados no que tange à caracterização incorreta do que seriam os elementos comuns entre o socialismo soviético e os mercados capitalistas.

Gianotti acredita que recorrer à ética do trabalho (aquela específica em que a atividade produtiva e de trabalho se converta num fim em si mesmo) para determinar quando um sistema é ou não produtor de mercadorias (o critério central que para Kurz aproximava a União Soviética e as demais economias do mundo) é insuficiente. Para o filósofo brasileiro, a questão central que o alemão estaria perdendo de vista é que devido ao fato de os preços serem determinados politicamente, por uma administração central, transformava completamente a natureza do sistema de valor na URSS. O preço deixava de ser uma determinação no cruzamento valor de uso e valor de troca, que tem sentido num mercado capitalista, para se transformar em algo que numa economia soviética não significa nada próximo da concepção tradicional de *valor*. E diz que caberia a Kurz demonstrar o contrário, já que a pura e simples expropriação violenta do excedente não cria valor.

Gianotti concorda com Bresser no particular de que por mais que o capitalismo esteja passando (ou na época passava) por uma crise grave, isto nem de longe permitiria dizer que o fato de o socialismo real ter entrado em colapso fosse um indicativo de uma crise final. Indica que este problema deveria ter sido analisado por Kurz no nível das particularidades, e não das abstrações históricas (o que o autor brasileiro o acusa muitas vezes de fazer de maneira imprópria).

Para Gianotti, o desafio reflexivo dessas particularidades estaria justamente em refletir que, se por um lado ele acredita que os países e economias não possam aplicar integralmente uma política liberal (e infelizmente não revela

aos leitores o porquê desta conclusão), o enorme campo de investigação se abre ao tentar imaginar quais são as possibilidades de combinação de mercado com intervenção estatal. Não deixa de ser curioso que anuncie com tanta pompa um problema que é diariamente tratado por economistas e cientistas sociais no geral, sem que nisso vejam qualquer traço de originalidade ao sugerir esta reflexão.

Num nível mais amplo, ainda, Kurz poderia rebater que é justamente a análise das particularidades históricas da modernidade que não mais permite ingenuamente imaginar-se qualquer coisa como “o equilíbrio ideal entre mercado e intervenção”. Em primeiro lugar e acima de tudo, pois para ele estas seriam faces diferentes do mesmo fenômeno, que precisam se alternar exatamente pela instabilidade que a aplicação de uma ou outra geram, sendo necessário que a instância aparentemente “oposta” venha em salvamento de maneira *ad hoc*. Desde Keynes parece muito claro que os momentos em que a intervenção estatal aumenta sobremaneira são aqueles em que o mercado é incapaz de lidar com os dilemas que apareceram nas economias e somente o endividamento do Estado e medidas excepcionais de investimento ou gasto se fazem imprescindíveis.

Assim, é bem possível que Kurz tachasse de verdadeira utopia contemporânea a ilusão de que se poderia atingir um nível ótimo de mescla entre mercado livre e intervenção estatal.

Conclusões

Partindo da percepção aguda de Robert Kurz das crises contemporâneas, este trabalho procurou na obra deste autor uma inspiração alternativa àquelas críticas e raciocínios feitos tradicionalmente e de alguma forma mostrados insuficientes. Procurou também não se contaminar pelo imediatismo da reflexão que se pretende imediatamente engajada com uma causa ou grupo de interesse.

O percurso deste trabalho levou primeiramente ao estudo das teorias clássicas sobre o valor, pois eram uma parada essencial em um debate que começou há séculos atrás e tem tamanha importância para a economia política no geral. Retirou-se desta passagem a percepção profunda de que a vida dos homens e mulheres em sociedade, apesar de ser criada por estes mesmos (como no equivalente a uma “segunda natureza”), não se faz apenas a partir do desejo destes sujeitos; muito ao contrário, em algumas dinâmicas sociais (como é o caso da criação e realização do valor, da concorrência econômica e das crises), é precisamente o oposto que acontece. Equivale a dizer que a história destas dinâmicas acontece *apesar* dos desejos e projetos individuais, sendo muitas vezes uma malha inescapável.

Em um momento seguinte, este trabalho deteve-se em explicitar alguns dos aspectos principais da obra de Robert Kurz; procurou não deixar escapar os aspectos estruturais e por isto pode muitas vezes ter parecido abstrato, mas a contrapartida seria indicar uma série de pormenores que para o leitor não introduzido não apelariam ao essencial e talvez redundassem em desinteresse. Seria, portanto, exaustivo repetir muitos destes aspectos aqui, mas basta dizer que se procurou ressaltar o que a obra de Kurz tem não apenas de provocativo e instigante, mas também de diferente de outros autores e mesmo do que diz a doxa do seu tempo.

Alternativamente, também fica como conclusivo do trabalho realizado tanto os aspectos e articulações que só puderam ser percebidos a partir da pesquisa mais detida e metódica realizada (e que se encontram notadamente nos *Capítulos II, III e IV*), quanto, de ainda maior importância nesta altura, os saltos qualitativos ou inspirações que este percurso trouxe.

De especial relevo nesta última categoria encontram-se quatro conclusões, que também podem ser lidas como prognósticos ou hipóteses preditivas derivadas da obra lida, e que colocarão as articulações teóricas de Kurz a prova em um futuro próximo (entendido *grosso modo* como a década que se inicia a partir de 2010):

1. Em virtude da alternância cada vez mais acelerada e aguda de momentos de “estatismo” e “monetarismo” na dinâmica econômica dos Estados, conforme explicitado em maior detalhe no *Capítulo II* (item 2.3), é de se esperar (como inclusive já vem sendo aplicado de maneira vistosa desde pelo menos 2008) a intensificação de medidas excepcionais como: incremento maciço da base monetária ampla de diversas nações (especialmente dos países desenvolvidos), manutenção das taxas de juros em terreno artificialmente baixo e próximo de zero (como ocorreu no Japão desde a década de 90 e agora se inicia nos EUA e na Zona do Euro) por longos períodos, emissão de dívida pública em aceleração (atingindo níveis recordes de dívida/PIB), bem como expedientes até então inusitados, tais quais as políticas de “*quantitative easing*”, em que autoridades monetárias efetuam a compra de créditos dos entes privados com a finalidade de inundar o mercado com liquidez.

2. A dinâmica monetária evidenciada acima, posta em funcionamento em primeiro lugar graças à crise de realização do valor “clássico” no âmbito da própria produção e circulação de mercadorias,

contém na sua própria natureza um potencial inflacionário e, paradoxalmente, também deflacionário sem precedentes, na medida em que o “capital fictício” a partir disso não encontra substância real de valor. Inflação e deflação são tomadas como duas formas distintas de desvalorização do capital. Pelo lado deflacionário, temos uma desvalorização acentuada provocada pelo desemprego estrutural, pela precarização, e mesmo a desvalorização repentina de ativos imobiliários e financeiros (como celebrenemente aconteceu com os créditos “*subprime*” e mesmo “*prime*” desde 2008), assim como ocorreu com boa parte da capacidade produtiva instalada, que em boa medida agora sobrevive graças à ajuda excepcional dos pacotes conseguidos a partir do imenso *déficit* público.

Mas também o desmonte dessas fábricas e capacidades produtivas “zumbis”, que se mantêm à tona a custo dos incentivos excepcionais só podem por algum tempo serem adiadas. Ela será definitivamente executada quando da crise do próprio *déficit* público e do endividamento dos Estados, que em circunstâncias normais deveria realizar o serviço das dívidas a partir da taxaço das rendas sociais (salários, lucros, etc.) – o que claramente já não é mais possível, sob pena de nova e aguda queda recessiva. Como alternativa derradeira, então, aparece o elemento inflacionário, já que se vislumbra a possibilidade de que os países postos assim em cheque recorram à pura e simples impressão de moeda para pagamento das dívidas – o que, note-se, já ocorreu no passado e invariavelmente redundou em tendências (hiper)inflacionárias extremamente perniciosas e de difícil controle (KURZ, 2010).

Justamente por isto, inflação e deflação, estes dois fenômenos aparentemente contraditórios, poderão inclusive ocorrer simultaneamente, como ocorreu entre o fim da década de 70 e início

da década de 80, ficando conhecido como “estagflação” (KURZ, 2010). Com isto não se entenda, no entanto, que estas duas dinâmicas monetárias chegam a um jogo se soma zero, anulando-se mutuamente; ambas concorrem para o processo de desvalorização do capital, que precisamente por não encontrar possibilidade de criação de valor em nível suficiente, apela sem saída para as tendências enumeradas nos itens acima e acabariam por desaguar em uma crise de contestação do próprio equivalente universal, o dinheiro. As moedas em geral, e principalmente as mais notórias (dólar americano, euro e yen japonês), por suas próprias contradições internas (que variam caso a caso mas também possuem um elemento comum) tendem a tornar-se um ativo cada vez mais indesejável e espúrio, levando possivelmente a:

3. Possível ascendência do ouro (que já se encontra em valorização há cerca de uma década), outros metais preciosos e ativos fixos como tentativa derradeira de os mercados financeiros e os agentes privados procurarem a efetivação de uma das funções essenciais do dinheiro, a de reserva de valor.
4. Do ponto de vista sociológico, é possível inferir a partir da leitura de Kurz que fenômenos anti-sociais como a xenofobia, o anti-semitismo e o anti-americanismo tendem a se acentuar, na medida em que setores específicos ora favorecidos ou em condição de normalidade procurem progressivamente encontrar “culpados” pelas crises pelas quais passam; seja na forma do nacionalismo que rejeita as populações estrangeiras em território nacional, que “roubariam” empregos das já precarizadas classes populares, seja do anti-semitismo que procura culpar a “ganância” do setor financeiro, que improdutivamente se apropriaria das rendas nacionais, ou mesmo em uma releitura do anti-americanismo tradicional, que veriam os Estados Unidos como emanador perdulário de sucessivas crises e arbitrariedades.

Portanto, a despeito de algumas categorias e articulações teóricas tratadas por Kurz não poderem ser apreendidas ou validadas em um registro simplesmente positivista, que tenha apenas a “aferição” dos “fatos” como critério de elaboração, o paradigma de entendimento proposto pode e será colocado a prova ao passo que os desenvolvimentos históricos – econômicos e sociais – validem ou não estas hipóteses e prognósticos (entre outras) indicadas nesta *Conclusão*.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Acumulação de Capital, Lucros e Juros**. São Paulo : FGV-EAESP, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Colapso da Modernização ou Crise Cíclica?*, in **Novos Estudos do CEBRAP**, 36ª Edição, Julho de 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Assalto ao Mercado e ao Estado, Neoliberalismo e Teoria Econômica**. Março, 2009. Pp. 4 - 6.

FICHTE, Johann Gottlieb. **Der Geschlossene Handelsstaat**. Ausgewählte Politische Schriften: Frankfurt am Main, 1977 (1800).

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **WORLD ECONOMIC OUTLOOK – APRIL 2008, INTERNATIONAL MONETARY FOUND**. Capítulo CAN EMERGING ECONOMIES DECOUPLE?. Washington – EUA, Abril de 2008. P. 22

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **PERSPECTIVES DE L'ÉCONOMIE MONDIALE, OCTOBRE 2008**. Washington – EUA, Outubro de 2008, Capítulo PERSPECTIVES ET ENJEUX MONDIAUX, pp. 1 – 11.

HILSEN RATH, Jon; SERENA, N.G. **WORST CRISIS SINCE '30s, With No End Yet In Sight.** THE WALL STREET JOURNAL, 18/SET/08.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização.** 6a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KURZ, Robert. *Os últimos combates.* 4a ed. Vozes, 1997.

KURZ, Robert. **WELTMACHT UND WELTGELD. Die ökonomische Funktion der US-Militärmaschine im globalen Kapitalismus und die Hintergründe der neuen Finanzkrise.** Revista Widersprüch, Zúrique, N.53, Janeiro de 2007.

KURZ, R. **CRISE ECONÓMICA MUNDIAL, MOVIMENTO SOCIAL E SOCIALISMO.** 12 TESES. 14.11.2009

Kurz, Robert. INTERVIEW MIT DER INTERNET-ZEITSCHRIFT „TELEPOLIS“, **Revista Telépolis** de 17 e 18 de Julho de 2010. Disponível em: < <http://www.heise.de/tp/r4/artikel/32/32931/1.html> > Acesso em 21/JUL/2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Vols. I, II. 12a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

OLIVEIRA, Francisco de. *De novo, O Apocalipse. Ou da inutilidade de (o) ser humano*, in **Novos Estudos do CEBRAP**, 36ª Edição, Julho de 1993.

PHILIPPON, Thomas. **The Evolution of the US Financial Industry from 1860 to 2007: Theory and Evidence**. New York University, NBER, CEPR, November 2008.

ROUBINI, Nouriel. **The world must prepare for America's recession**. Financial Times, 10 de Agosto de 2006. Ver outros tantos artigos do mesmo autor em: [online] <<http://www.rgemonitor.com/roubini-monitor>> Acesso em: 05/OUT/09.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SANDLER, Linda *et alli*. **GM Files Bankruptcy to Spin Off More Competitive Firm**. Bloomberg News, Disponível em: <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601087&refer=top_news&sid=aF9j04TAx2iE> Acesso em 03/OUT/2009.

STOCKHAMMER, E. **Some Stylized facts on the finance-dominated accumulation regime**. CEPN, MHS Paris Nord, 4 avril 2008. Disponível em: <www.univ-paris13.fr/CEPN/texte_stockhammer_040408.pdf>. Acessado em 28/05/2009.

TABB, W. **The Centrality of Finance**. Journal of World-Systems Research, vol.13, n.1, 2007, pp. 1 - 11.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. Volume I. 4ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

STHEFANINI et al. **ANÁLISE COMPARATIVA DE JOHN MAYNARD KEYNES E SEUS ANTECESSORES**. Artigonal, disponível em: <http://www.artigonal.com/financas-artigos/analise-comparativa-de-john-maynard-keynes-e-seus-antecessores-342542.html>> Acessado em 04/OUT/2009

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1987.

WOO, David; KANAYA, Akihiro. **The Japanese Banking Crisis of the 1990s: Sources and Lessons**. International Monetary Fund Report, Washington, Janeiro de 2000.